



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 2/2009** -----

-----Aos vinte dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia e Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta da Sra. Vereadora Dra. Maria José Feixinho à presente reunião. -----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 19 de Janeiro de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **439.628,23 € (Quatrocentos e trinta e nove mil, seiscientos e vinte e oito euros e vinte e três cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----**1.1.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2009**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida esclareceu que, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, em reunião extraordinária de 10 de Dezembro de 2008, não se pronunciou muito mais acerca do conteúdo destes documentos dado que a leitura que havia efectuado aos mesmos tinha sido muito em diagonal, sendo que, só mais tarde é que os leu em pormenor, tecendo as seguintes considerações sobre o assunto: -----

-----“Estes documentos têm naturalmente aspectos positivos, mas porque eu acho um pouco redutor para o que eu penso dever ser uma visão estratégica de futuro, de horizontes alargados, não o poderia subscrever. Só por este motivo. Embora, como disse, seja positivo e contemple aspectos importantes do que deve ser a acção de uma autarquia. Mas como eu disse, a minha visão é um pouco mais alargada do que está naquele Plano. Pois, só pode haver estratégia válida em planos e projectos estruturantes, ainda que isso vá além, e tem que ir obrigatoriamente, de uma gestão de rotina, de dia a dia. Digamos até, uma gestão um pouco caseira ou paroquial. Os projectos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

estruturantes custam caro, mas depois de executados e planeados com sustentação naturalmente, só há que os usufruir e o pagar, se se deverem, o que será o caso, dado que não há dinheiro para se fazer tudo. Mas, ninguém destrói o que está feito para o pagar. E, é aqui que reside a diferença do que eu penso. Por exemplo, lançarmo-nos num grande Centro Cultural, gastando um milhão e meio ou dois milhões de euros, ou num velho edifício gastando um terço, são coisas bastante diferentes. Essa adaptação, por exemplo, é uma obra positiva, mas julgo que é um pouco limitadora e um pouco acanhada. Isto é um exemplo, entre muitos, e falo deste modo com conhecimento de causa, com prática pessoal e, na certeza de que não estou errado ou a exagerar. O nosso concelho já foi o terceiro do maior do Distrito em termos de rendimento *per capita* desenvolvimento, mas hoje encontra-se muito ultrapassado por muitos outros concelhos com menor importância, menor peso e menores potencialidades. É importante a obra da capelinha, do fontanário, da farda, do instrumento para a música da pintura do cemitério, da reparação e da requalificação das estradas e dos largos, resolvendo alguns pedidos ou ambições pessoais e depois a sua inauguração, discurso popular, o agradecimento e as contrapartidas do voto. Mas isso, para mim, é curto. Penso eu. É necessário ir-se muito mais além. Por um lado, têm que se ouvir os empresários, os industriais, as suas organizações, saber das suas necessidades, das suas expectativas, das suas ideias e criar uma frente, várias frentes. E depois, por outro lado, com esses elementos, apoiados da sua força, reivindicar o poder central, aparecer, expor, propor, anunciar e exigir, mostrando a nossa grande capacidade de diálogo, de empenhamento, de convicção, para assim o município poder oferecer a esses empreendedores as condições necessárias, em comunicações, em logísticas mais vantajosas para aliciamentos e criação de novas iniciativas e actividades múltiplas, incluindo a promoção de produtos endógenos, etc. Julgo que é necessário mais ambição, mais força política, mais visão estratégica, para que o nosso Município volte a ocupar o lugar que perdeu e não perca mais estruturas em benefício dos vizinhos como tem sucedido nos últimos anos.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu reconhecer de que, efectivamente, existe uma grande diferença entre o pensamento do Sr. Vereador Albano Almeida e o seu próprio pensamento, acerca daquilo que deve ser a actividade municipal, salientando que “a actividade municipal deve, prioritariamente, dar resposta àquilo que são as necessidades das pessoas. As necessidades das pessoas no presente, e aquilo que se perspectiva sejam as necessidades das pessoas no futuro”. Mais referiu que “é assim que eu vejo, e é nestes dois patamares que eu situo a minha intervenção enquanto Presidente da Câmara”. Prosseguiu citando alguns exemplos daquilo que, na sua opinião, foram maus investimentos em Oliveira do Hospital, a saber, a ACIBEIRA e o edifício da Sala de Provas da Adega Cooperativa de Nogueira do Cravo, desenvolvidos com recurso excessivos a financiamento bancário, que contribuiu para a sua asfixia financeira. Voltou a sublinhar que “na minha qualidade de Presidente da Câmara devo actuar na perspectiva de resolver os problemas que existem hoje e equacionar o que podem ser problemas futuros”, salientando que actualmente assiste-se já a algumas alterações ao pensamento de há pouco tempo atrás dando o exemplo dos Centros Educativos “projectos que pela sua excessiva dimensão estão a ser abandonados ou reformulados por alguns Municípios por falta de verbas para a sua concretização”. Disse igualmente que esta situação só significa porque tiveram “o tal pensamento em grande sem perspectivarem aquilo que eram os recursos financeiros dos seus Municípios, e sem perspectivarem aquilo que era a evolução da população nos seus concelhos”. Lembrou ainda que “essa postura é fundamental para quem exerce este trabalho, mesmo que seja numa função política”. Mais referiu que “eu continuo a ver isto, como um trabalho de gestão de eficácia e de rentabilidade de recursos para que efectivamente as pessoas possam tirar o máximo benefício”. Disse também que “contrariamente àquilo que o Senhor Vereador quis referir relativamente “ao tal investimento”, pois, eu continuo a apostar na recuperação daquilo que temos, porque aquilo que lá perspectivarmos fazer vai chegar e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

sobrar para os próximos trinta ou quarenta anos em Oliveira do Hospital. E portanto, é preciso ter em atenção estes aspectos, que são aspectos fundamentais. Porque como se vê, hoje os recursos são mais limitados do que aquilo que se pensava poucos anos atrás. Assim alguns equacionam se não há auto estradas a mais, se o TGV ou o novo aeroporto fazem sentido, tendo em conta os movimentos que hoje existem, ou seja existe um pensamento abrangente em relação a estas questões. Mas também há aqueles que dizem se não seria mais importante desagrar os impostos, criar condições às pessoas que trabalham para poderem ter maior disponibilidade orçamental para poderem responder àquilo que são as suas despesas e aos compromissos assumidos, etc. Ou seja, é nesta perspectiva que eu situo a minha actuação, pelo que por mais críticas que o Senhor possa formular à minha actuação não me vai fazer, naturalmente, mudar de posição relativamente a esta matéria.” ---

Quanto aos projectos estruturantes mais referiu que “os projectos estruturantes são também as grandes avenidas, quando cada vez mais trabalhamos no sentido de limitar as velocidades alcançadas pelos condutores, nas requalificações urbanas, onde o princípio é cada vez mais apertar as zonas de circulação e alargar as zonas pedonais. Julgo que em relação a esta matéria, ainda ninguém deixou de vir a Oliveira do Hospital por demorar mais um minuto ou dois a deslocar-se da Catraia de São paio até à cidade, ninguém desistiu por causa disso. E o mesmo se poderia dizer relativamente a outras teorias”. Mais referiu que “contrariamente àquilo que os Senhores dizem, o ano de 2008 foi muito bom em termos daquilo que se fez. Sei de Municípios em que a execução das GOP’s foi de 20%, e outros que, por causa de alguns projectos megalómanos, estão hoje “estrangulados” financeiramente. E por isso, a minha perspectiva continua a ser esta”. Sobre a questão de que Oliveira do Hospital ter sido o terceiro concelho em termos de rendimento *per capita*, e de que neste momento já não somos, referiu que “a situação alterou-se significativamente”, lembrando que “à data Oliveira do Hospital tinha três armazéns de mercearia, sendo que, hoje mantém um e provavelmente com algumas dificuldades. Tínhamos um conjunto de unidades industriais no sector da confecção, e hoje temos as que temos com as dificuldades que se vêm, e bem assim um conjunto de actividades industriais, citando o exemplo das serrações de madeira. E no sector primário, quantos lagares de azeite e moinhos existiam no concelho de Oliveira do Hospital? Ou seja, há um conjunto de factores que alteraram profundamente o tecido sociológico do concelho e do país.” Lembrou que “também já não estamos em tempos de que a empresa é criada aqui no concelho só para trabalhar gente do concelho”, salientando que “o emprego hoje é transversal”. Citou como exemplo a empresa “Aquinos”, que vai abrir uma nova unidade em Tábua, e que na sua opinião irá empregar cidadãos de Oliveira do Hospital, uma vez que em Tábua não terão capacidade para recrutar toda a mão de obra necessária para pôr a funcionar a sua estrutura empresarial. Por esta razão, e à semelhança do que já referiu por diversas vezes entende que “devíamos até pensar em Parques Industriais Intermunicipais, a sério, com uma área considerável, e alargada, onde se fizesse a potencialização dos recursos e que, naturalmente, a criação de emprego iria ser gerada, num sentido, não só de favorecer os concelhos envolvidos na criação do Parque, como também outros concelhos limítrofes da sua área de abrangência”. Concluiu, sublinhando que “gostava de dizer isto para que não existam dúvidas sobre aquilo que é o meu pensamento relativamente a esta matéria. Naturalmente que, quando chegar a altura da análise do Relatório de Contas iremos ter a oportunidade de falar ainda mais sobre o assunto.” -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida disse entender que a palavra “crítica”, dirigida à sua pessoa, só a entende como sendo crítica positiva, esclarecendo que “o meu ponto de vista pode ser diferente do seu, mas eu não estou a criticar o seu ponto de vista. Eu estou a expor o meu ponto de vista sobre um determinado problema. Posso não concordar com o Senhor, mas não estou a criticar o seu ponto de vista”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente disse entender que se trata de uma critica quando o Sr. Vereador Albano Almeida se referiu a “falta de visão estratégica, redutora”.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu discordar da posição do Sr. Presidente, por entender que se trata apenas de pontos de vista diferentes, e não de critica, sublinhando que “não tenho essa postura, nem nunca tive. A minha postura é sempre pela positiva, e não pela negativa”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu reconhecer que o investimento da empresa “Aquinos”, vai certamente beneficiar Oliveira do Hospital em termos de emprego, insistindo na ideia de que “no entanto esse investimento é em Tábua, e não em Oliveira do Hospital, logo os benefícios directos serão no concelho de Tábua”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que “aquilo que a Câmara Municipal deve equacionar é o problema da mobilidade dos trabalhadores que tenham que se deslocar para essa unidade”, afirmando que “caso venha a ser necessário colocar um meio de transporte da Câmara Municipal para os transportar até ao local de trabalho, através da fixação de um valor justo, certamente, essa medida será concretizada”. Salientou ainda que um dos problemas existentes no concelho é precisamente o da mobilidade, dado que ainda existem pessoas que por falta de meios não têm transporte particular nem transportes públicos para o efeito, salientando que este é um problema que entende que a Câmara Municipal tem de começar a equacionar, para que as pessoas eventualmente não desperdicem empregos por essa razão.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se já não havia encomendado um estudo sobre mobilidade no concelho, ao que aquele responsável respondeu que sim, mas que, infelizmente, o mesmo ainda não está concluído -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “a conjugação da oferta de emprego resultante desta empresa criada em Tábua, com certeza que seria muito positivo para o concelho, mas também que conseguíssemos cá atrair/ criar, empresas que criem bastantes postos de trabalho. Relativamente a essa questão da mobilidade, pelo menos já valeu a pena termos debatido o tema, fazendo por pressionar ou acelerar esse estudo de mobilidade, que foi feito no âmbito da ADXTUR. Mas onde está ele? Que nos façam chegar as propostas”. No que diz respeito à criação dos Parques Industriais Intermunicipais, referiu que “folgo em ouvir agora essa sua ideia, porque eu lembro-me que, já por diversas vezes, propus aqui a criação de Áreas de Localização Empresarial de carácter Intermunicipal, e parece que, na altura, isso soou a algo ambíguo ou dúbio. Algo de estranho, mas afinal agora reconhece-se a sua importância.”-----

-----O Sr. Presidente, para concluir, lembrou que muitas das vezes o problema está na criação das parcerias.-----

-----**1.1.2 - BOLETIM MUNICIPAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida começou por acusar e agradecer a recepção da última edição do Boletim Municipal, tecendo algumas apreciações quanto à sua forma. Mais referiu tratar-se de um documento com boa apresentação, esclarecedor das acções em curso, mas lamenta o facto de não conter grandes planos estruturantes, como tem vindo a propor. Reconhece no entanto que é um documento positivo.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra também acusou a recepção da última edição do Boletim Municipal, referindo que: “é um Boletim Municipal que, quanto à sua qualidade podemos apelidá-lo “Boletim de luxo”, em versão revista e aumentada. Neste caso, um Boletim Municipal em versão de ano eleitoral. Nota-se um aumento da sua tiragem para oito mil exemplares, e nota-se também a referência à posição integral dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, sobre as Grandes Opções do Plano. Pela primeira vez, uma posição de fundo dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores do Partido Socialista, vem no Boletim Municipal. Isto, apesar de nós nem sequer termos tido conhecimento prévio da edição do Boletim e, digamos, do figurino da estrutura que iria ter. E por isso, o meu lamento. Acho que, houve oportunidade para nos dar conta dessa situação. Noto pela positiva que apesar de, há anos, e anos, andarmos a insistir no acesso ao Boletim Municipal, finalmente há uma posição política de fundo da oposição nesse mesmo Boletim. Entendo que não chega. Outros órgãos, nomeadamente a Assembleia Municipal e as forças políticas aí presentes, também deveriam ter acesso ao Boletim Municipal. Mas, esta posição, esta alteração à estrutura do Boletim, com certeza que não deve ser estranha à posição firme da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sobre o direito de acesso da oposição aos Boletins Municipais. Ainda bem que tenuemente se alterou a estrutura do Boletim Municipal. Quanto ao objecto em si, requeria informação sobre em quanto é que importou a edição do Boletim e o seu custo de distribuição”. ----

-----O Sr. Presidente informou que a edição do Boletim Municipal teve um custo aproximado de 10.000 euros e um custo de distribuição de cerca de 1.200 euros. Quanto à questão das “posições políticas”, lembrou que o Boletim Municipal é um documento que refere a actividade do município, esclarecendo que o facto de se introduzirem no documento algumas das deliberações tomadas pela Câmara Municipal é precisamente para publicitar/divulgar posições dos Senhores Vereadores que não têm assento no executivo em permanência. -----

-----**1.1.3 – ENCERRAMENTO DA EMPRESA DE CONFECÇÕES - JAMMO**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao encerramento da empresa de confecções JAMMO, lamentando o sucedido. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre que tipo de apoios é que a Câmara Municipal prevê ceder a todas as pessoas que ficaram sem o seu emprego. --

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo, tomando uso da palavra referiu-se há reunião havida entre o Sr. Presidente da Câmara e as trabalhadoras da empresa em causa que terá acontecido posteriormente à realização da reunião de Câmara do passado dia 6 de Janeiro, salientando que “estivemos aqui a analisar a situação, foram apontadas propostas de soluções. De uma forma responsável creio que nos colocámos aqui, do lado das soluções, e não do lado do problema. Entretanto, e depois da reunião ter terminado, quando chegamos ao exterior do edifício da sede de Município, encontrava-se ali um conjunto de trabalhadoras. Mais tarde viemos a saber pela Comunicação Social que foi feita uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara e que, nessa reunião, soube pela Comunicação Social, iria ser accionado Fundo de Emergência Social Municipal. Eu lamento que, não tivéssemos sido convocados/ convidados para estar presente nessa reunião com as trabalhadoras. Já uma vez aconteceu uma situação em que também, trabalhadoras de uma empresa encerrada se dirigiram à Câmara Municipal e todos nós, enquanto órgão colegial, falámos com as pessoas, sentimos os problemas delas e apontámos soluções. Eu entendo, no exercício da função de vereador que, estou no executivo de pleno direito, com iguais direitos e deveres, por isso, acho que deveríamos ter sido convocados ou convidados para estar também nessa reunião com as trabalhadoras. Obviamente para conhecer cada um dos casos, mas também para assumirmos as nossas responsabilidades. Quanto às soluções, com certeza de que também uma palavra de alento, de conforto, uma palavra de atenção para o caso social e profissional que vivem, também teríamos para dar a essas trabalhadoras. Não sei porque razão é que não fomos convidados para essa reunião, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse sobre esta matéria. Acho que é um assunto do interesse de todo o executivo”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que aquando do encerramento da empresa CARRERA, foram as funcionárias dessa unidade que, na altura, solicitaram autorização para estarem presentes numa reunião pública da Câmara Municipal, razão pela qual todos os membros do executivo estavam



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

presentes. No que diz respeito à JAMMO, explicou que tudo se passou durante a hora de almoço, após o *términus* da reunião de Câmara, sendo que, na altura, a informação que recebera era de que havia quatro funcionárias da empresa JAMMO que pretendiam dialogar com o Presidente da Câmara, tendo também sido surpreendido quando se apercebeu de que se deslocavam todas em sua direcção para assistirem à reunião. Deu ainda conta de que a Comunicação Social não esteve presente nessa reunião e que não foi dito nada em relação à possibilidade de ter de se accionar o Fundo de Emergência Social Municipal, esclarecendo que para isso a Câmara Municipal teria que aprovar um Regulamento para o efeito. Mais informou de que aquilo que disse às funcionárias foi que “a Câmara Municipal, naquela situação, nada podia fazer a não ser articular-se com os organismos representativos do Governo, nessa matéria, no sentido de que o processo de subsídio de desemprego fosse acelerado”, esclarecendo-as de que “a Câmara Municipal dispunha de um Fundo de Emergência Social Municipal mas que não se aplicava às situações de desemprego”. Disse que também as informou de que “se existisse alguém em que a situação familiar fosse mais grave, deveria no final da reunião dialogar com a Técnica de Acção Social da Câmara Municipal, Dra. Carla, para que fosse elaborada uma informação social no sentido de ser analisada a situação, caso a caso, pela Câmara Municipal”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que foram confrontados com essa notícia na comunicação social, daí ter pedido esclarecimentos sobre a veracidade da mesma, e na imprensa saiu “que iria ser accionado o FESM”.-----

-----O Sr. Presidente disse igualmente que, para além das palavras de incentivo, aproveitou também para as informar da possibilidade de recorrerem aos incentivos dos Projectos “Oliveira Finicia - Invista +”, e do Microcrédito, no sentido de lhes fazer ver de que não devem desistir e que elas próprias podem vir a promover o seu próprio emprego, fazendo-lhes ainda ver de que não devem ficar dependentes do subsídio de desemprego. Concluiu sublinhando que foi apenas isso que se passou, não havendo qualquer intenção de que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista não estivessem presentes, pois mesmo que tivessem estado, em nada alteraria o seu discurso relativamente àquilo que foi dito sobre esta matéria. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Paulo Rocha também informou que no próximo mês de Fevereiro irá entrar em funcionamento um curso destinado a vinte ex-funcionárias da JAMMO, tendo a EPTOLIVA cedido para o efeito uma sala no espaço arrendado para o funcionamento dos cursos EFA, dado que o Centro de Emprego não tinha salas disponíveis.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Vereador Paulo Rocha sobre se sabia em que área é que essa formação iria ser desenvolvida, ao que aquele responsável referiu que julga ser na área de atendimento em geral – Comércio/Serviços.-----

-----**1.1.4 – JUNTA DE FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou igualmente o Sr. Presidente da Câmara sobre se já estava resolvido o conflito que ultimamente se tem vivido entre alguns dos membros da Junta de Freguesia de Penalva de Alva. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que na última reunião já havia dito o que tinha para dizer sobre o assunto, sublinhando que se trata de um assunto que deve ser resolvido pelos próprios e não pelo Presidente da Câmara. -----

-----**1.1.5 – ADAPTAÇÃO DE ACESSOS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou também o Sr. Presidente da Câmara sobre que projectos têm planeado para o Município, no que diz respeito à criação de acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência.-----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de um assunto sobre o qual já falou diversas vezes, dando conta de que os projectos da responsabilidade de privados têm de ter também um Plano de Acessibilidades, sendo que, nestes casos, uma das casas de banho já tem de ser adaptada à circulação de uma cadeira de rodas. Esclareceu ainda de que tem havido uma evolução legislativa significativa neste sentido, pelo que em todas as obras da responsabilidade da Câmara Municipal há o cuidado de ter em atenção a questão das acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência. --

-----O Sr. Vereador Albano Almeida louvou o facto de se estarem a exigir uma série de especificações, aquando da apresentação de um projecto, prevendo a criação de acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência. Lembrou no entanto a necessidade de corrigir as situações existentes ao nível da área do Município de Oliveira do Hospital, dado que, infelizmente, cada vez mais surgem situações de deficiência.-----

-----O Sr. Presidente lembrou igualmente de que, a Câmara Municipal em todas as obras que tem vindo a realizar, no âmbito da requalificação de edifícios e espaços públicos, tem tido o cuidado de resolver o problema das barreiras arquitectónicas, reconhecendo que existem alguns casos em que não existe uma forma simples de resolver o problema. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida lembrou a existência de cadeiras eléctricas que resolvem muitas das situações.-----

-----O Sr. Presidente referiu que nas instalações em que com carácter provisório funciona a ESTGOH já existe uma dessas cadeiras há bastante tempo, custeada pela Câmara Municipal.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----

-----1.2.1 – CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO NO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se à reunião de Câmara realizada no passado dia 6 de Janeiro, dando conta que, nessa mesma reunião, foi proposta a constituição de um Observatório para o sector têxtil e da confecção, sob coordenação da Câmara Municipal. Referiu ainda que “o Sr. Presidente da Câmara, na altura, entendeu que essa solução não deveria ser assumida pela Câmara Municipal, “empurrando” a sua responsabilidade para terceiros, no caso, para o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil. Entendo que faz mal em ter essa perspectiva. Eu acho que, esta estrutura deveria ser assumida pelo Município de Oliveira do Hospital, pela Câmara Municipal. Até seria uma forma de afirmar positivamente, quanto à montagem desta estrutura, o Município e a Câmara Municipal. Ainda assim, a ideia e a sua missão não creio que tenha caído por terra, felizmente, e por isso me congratulo pelo facto do Governo Civil do Distrito de Coimbra ir criar esse Observatório. Acho que faz muito bem. O Governo Civil colocou-se do lado da busca das soluções e, eu entendo que é essa a postura que se exige da parte dos responsáveis políticos, Portanto, congratulo-me pela postura assumida pelo Sr. Governador Civil em constituir, de forma empenhada esse observatório. A ideia é aglutinar pessoas, entidades, dar as mãos e encontrar soluções, entre todos, para os problemas difíceis para o sector. Por isso é que eu propus que se constituísse esse Observatório no concelho de Oliveira do Hospital, criado e coordenado pela Câmara Municipal. Naturalmente que continuo a achar que no domínio exclusivo do território de Oliveira do Hospital é a Câmara que deveria assumir essa responsabilidade e, da minha parte, estarei disponível, com base naquilo que sei, para ajudar a levar por diante soluções possíveis”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “não queira o Senhor Vereador remeter para mim, aquilo que são “as doenças” do Governo. É que “as doenças” são do Governo, não são minhas, enquanto Presidente da Câmara”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre qual é a “doença”, ao que aquele responsável referiu que a “doença” era a crise económica que se vive no País e por consequência no concelho.-----

-----O Sr. Presidente prosseguiu referindo que “portanto, se a “doença” é do Governo, quem tem de tratar da “doença” é o “médico” ou os “médicos” do Governo. Eu tratarei das nossas crises, das nossas “doenças”. E portanto, aquilo que nos for possível fazer, vamos fazendo”, dando conta de que para a semana está previsto realizar algumas reuniões com os Senhores empresários, nomeadamente do sector da confecção, para inferir sobre necessidades de formação e como realizar essa formação. Mais referiu que “a Câmara Municipal está empenhada em ajudar a resolver, só não pode é fazer aquilo que o próprio Governo, pode, deve e tem que fazer”, lembrando que “a Câmara Municipal pode criar alguns mecanismos de estímulo e apoio, mas não se substitui ao empresário, em sentido lato”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se às “doenças do Governo”, evocadas pelo Sr. Presidente, sublinhando que “a gente sabe que a Economia nacional e que as questões da crise têm certas e conhecidas repercussões. Eu acho que, tal como nós temos a obrigação de aplicar as terapias que temos à mão e até criar outras, com certeza que o Governo também saberá aplicar a sua própria terapia. Repare, os apoios que têm sido dados às empresas que têm grande peso em termos de exportação e grande peso em termos de emprego. As outras medidas que estão previstas, no âmbito da aplicação de linhas de crédito, e outras medidas que estão para ser apresentadas. Acho que, também o Governo não se está a desresponsabilizar, nem o poderia fazer. A crise, lamentavelmente, para Portugal, não é só nossa. Ela existe em Espanha, na França, na Alemanha, nos EUA, etc, nossos grandes parceiros comerciais, onde a situação é difícil. É o avolumar da crise que gera repercussões. A “doença” não é do Governo, a terapia, sim, é da responsabilidade do Governo. Cada um tem que assumir as suas responsabilidades à sua escala”.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que quando se refere às “doenças do Governo”, quer dizer que a autarquia não tem qualquer mecanismo ou dispositivo na competência para poder apoiar os empresários, citando como exemplo a redução da Taxa Social Única, do IRC ou do IVA.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “há medidas que já foram tomadas nesse aspecto. Agora, o Senhor afirma que não pode dar benesses e perder receita ao mesmo tempo, mas o Governo do país pode? Por exemplo corta nas receitas da segurança Social e põe em causa a sua sustentabilidade futura?-----

-----1.2.2 – EDIÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS APOIADAS PELO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre quais são, objectivamente, os critérios utilizados pela Câmara Municipal no apoio à edição de obras literárias, sublinhando que “eu já levantei aqui esta questão uma vez, mas não fiquei esclarecido. Eu sou de opinião, e deixava esta recomendação, que fosse elaborado um pequeno regulamento, ou pelo menos um conjunto articulado de normas e critérios para atribuição desses apoios que ajudassem a definir a política de apoios à edição de obras literárias por parte da Câmara Municipal. E também, um grupo de pessoas que pudesse analisar as obras a editar. Porque se assim não for, a edição e os apoios à edição patrocinados pela Câmara Municipal ficam só ao “gosto” e ao poder discricionário



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

do Sr. Presidente da Câmara. Eu gostava de saber, portanto, quem é que escolhe as obras e os autores a editar, e os que não são editados, e que método se usa para escolher uns e outros”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que já havia esclarecido esta questão em sessão da Assembleia Municipal, mas que ele próprio já por diversas vezes questionou a Sra. Vereadora do Pelouro sobre o conteúdo das obras literárias uma vez que é a ela a quem compete reunir com os interessados para posteriormente apresentar propostas ao Presidente da Câmara. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se era ele quem definia o montante a propor em reunião de executivo, ao que aquele responsável explicou que esses valores são discutidos com a Sra. Vereadora do Pelouro e depois de chegarem a um consenso sobre o respectivo montante, é proposto em reunião de Câmara para decisão. Disse ainda que se tem especial atenção relativamente aos livros que se referem especificamente ao concelho de Oliveira do Hospital, citando como exemplo os livros do Dr. Francisco Correia das Neves. Explicou também que há diferentes tipos de solicitação de apoios, ou seja, aqueles que pretendem que seja a Câmara a assumir os custos na sua totalidade, e aqueles que já têm editoras e que apenas pretendem que a Câmara adquira um determinado número de livros. -----

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes deu ainda conhecimento de que até ao momento apenas dois livros não foram apoiados dada a falta de qualidade que ambos apresentavam. -----

-----1.2.3 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS MUNICIPAIS -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe fosse facultada cópia da última versão do Projecto de Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais, que ainda se encontra em apreciação pública, tendo o Sr. Vereador Paulo Rocha informado de que o referido documento consta como anexo à Acta de 23 de Dezembro de 2008, data da sua aprovação bem como no portal do Município.-----

2 - ORDEM DO DIA -----

2.1 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:-----

-----2.1.1 - CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARGANIL --
D.A.G.F./Proc.30

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício de referência nº S0005295, de 11 de Dezembro de 2008, remetido pela entidade acima identificada, devidamente informado pelos serviços, a solicitar a atribuição de isenção do pagamento das taxas e tarifas inerentes ao fornecimento de água, relativamente ao contrato de fornecimento de água estabelecido com esta Câmara Municipal para as instalações que ocupa na Rua Aurélio Amaro Diniz, 6-B, em Oliveira do Hospital. -----

-----Analisado o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, não conceder a isenção pretendida, uma vez que por força do contrato de concessão celebrado entre o Município de Oliveira do Hospital e as Águas do Zêzere e Côa, S.A., a Câmara Municipal tem que suportar todos os encargos com o fornecimento de água.-----

-----2.1.2 - CLUBE SEITA - 3ª MARATONA CLUBE SEITA BTT/LAZER -----
D.A.G.F. /Proc. 69/4

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da “3ª MARATONA CLUBE SEITA BTT/ LAZER”, a realizar no dia 15 de Março de 2009. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, isentar o Clube Seita – Secção BTT/ LAZER do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas. --

-----**2.1.3 - ESCOLA SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F. /Proc. 47/9

-----Solicita a atribuição de isenção de taxas de publicidade relativas à colocação de um painel publicitário relativo ao Centro Novas Oportunidades, com as dimensões de 2.500mm X 1.000 mm.

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, isentar a Escola Secundária de Oliveira do Hospital do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas. -----

2.2 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE -----

-----**2.2.1 - CARLA PATRICIA COSTA ALVES**-----

D.A.G.F. /Proc. 47/9

-----Requer autorização para instalação de duas placas publicitárias, junto à EN-17 e EN-230. ---

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, indeferir o pedido com base no parecer desfavorável emitido pela Direcção de Estradas de, e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Nos termos do disposto no nº1 do artº 3º do DL 105/98 de 24 de Abril (na nova redacção que lhe é dada pelo DL 166/99 de 13 de Maio), ser proibida a afixação ou inscrição de publicidade fora dos aglomerados urbanos em quaisquer locais onde a mesma seja visível das estradas nacionais; -----

-----Nos termos do disposto na al. f) do nº 1 do artº 8º do DL 13/71 de 23 de Janeiro a publicidade é passível de ser colocada em locais onde é exercida a actividade publicitada, ou a distância nunca inferior a 50,00m do limite da plataforma da estrada nacional (caso de interior de aglomerado urbano onde a estrada tenha características de arruamento); -----

-----O caso apresentado, ou seja afixar publicidade na proximidade das estradas em referência, não é passível de autorização, por se tratar de localização que não pode ser considerada “dentro de aglomerado urbano” e por isso ser um acto proibido pelo DL 105/98.” -----

-----Foi igualmente deliberado proceder à audiência prévia da interessada. -----

2.3 - COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA -----

G.D.E.S./Proc.3/6/DOC.2

-----Foi presente, pelo Sr. Presidente a acta da reunião da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Penalva de Alva, que se realizou no passado dia 20 de Dezembro de 2008, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo aquele responsável procedido à leitura integral da mesma. -----

-----Atendendo ao parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Penalva de Alva e nos termos da alínea a) do artigo 3º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a denominação dos arruamentos da localidade de Formarigo, solicitada pela respectiva Junta de Freguesia.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Mais deliberou dar conhecimento do conteúdo desta alteração, agora aprovada, à Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital, à Repartição de Finanças deste concelho, bem como aos CTT – Correios de Portugal, em conformidade com o disposto no artigo 17º do Regulamento já referido.-----

2.4 - LOTEAMENTO CAMARÁRIO DE ERVEDAL DA BEIRA - LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA -----

G.D.E.S./Proc.6/DOC.3

-----No seguimento da deliberação camarária de 18 de Novembro de 2008, e findo o prazo de audiência prévia, estipulado no artigo 22º do Capítulo II do Regulamento do Loteamento Camarário de Ervedal da Beira, em que se verificou a ausência de quaisquer reclamações por parte dos candidatos, e a obtenção do parecer favorável da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23º do supracitado Regulamento deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com a informação do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, transformar em definitiva a lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso para atribuição dos Lotes 1 e 2 do referido Loteamento, e que o processo siga a tramitação regulamentar.-----

-----Assim, a lista de classificação definitiva dos candidatos admitidos ao concurso é a seguinte:-----

1º - Arlete Maria Dias Cruz

2º - Anabela Figueiredo de Paiva

2.5 - LOJA Nº 2 EXTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL - MORTE DO OCUPANTE -----

D.A.G.F./Proc. 52/1/DOC.4

-----No seguimento da proposta de indeferimento do pedido formulado por Maria Adelaide Oliveira, tomada em reunião de 4 de Novembro de 2008, por falta dos requisitos estabelecidos no artº 6º do Decreto-Lei nº 340/82, de 25 de Agosto, foi presente pelo Sr. Presidente novo requerimento com registo de entrada nº 12256, de 3 de Dezembro de 2008, formulado pela D. Maria Adelaide Oliveira, conjuntamente com sua mãe Maria dos Anjos Marques Cesário, devidamente fundamentado com informação do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, a requerer autorização para que a posição do falecido ocupante Albano Rodrigues de Oliveira seja transmitida a seu favor e da sua irmã, uma vez que as mesmas prosseguem a actividade comercial desenvolvida por aquele e que a sua mãe (cônjuge sobrevivente) tem mais de 74 anos de idade, debatendo-se com graves problemas de saúde. ---

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com a informação do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças acima mencionada, deferir o pedido, nos termos do artº 6º do Decreto-Lei nº 340/82, de 25 de Agosto.

2.6 - CASA DA CRIANÇA DE TRAVANCA DE LAGOS - ADMISSÃO E FIXAÇÃO DE MENSALIDADE -----

D.A.G.F./Proc. 53/25

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Sociologia, deliberou, por todos os membros presentes, admitir a criança, que abaixo se identifica, na Creche da Casa da Criança de Travanca de Lagos, fixando a seguinte mensalidade: -----

NOME DO UTENTE	MENSALIDADE
----------------	-------------



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- Micael Alexandre Garcia Mota	49,00 €
--------------------------------	---------

2.7 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) - AUXÍLIOS ECONÓMICOS: -----

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação dos seguintes montantes a atribuir aos Agrupamentos Escolares do Concelho (2ª tranche), no âmbito das comparticipações para manuais e outro material escolar dos alunos abrangidos pelos escalões A e B dos auxílios económicos:-----

AGRUPAMENTOS	Nº DE ALUNOS	TOTAL
BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS	14	578,00 €
CORDINHA	4	182,00 €
LAGARES DA BEIRA	2	92,00 €
VALE DO ALVA	4	225,00 €
TOTAL	24	1.077,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea d) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

B) - PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CEB: -----

B-1) - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----No âmbito do Programa de Generalização do Ensino Inglês nos 3º e 4º anos e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB e de acordo com a informação elaborada pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, um subsídio no montante de **632,22 € (Seiscentos e trinta e dois euros e vinte e dois cêntimos)** a título de comparticipação nos custos com o pagamento de horas lectivas de actividades de enriquecimento curricular relativas ao 1º período do presente ano lectivo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

B-2) - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE LAGARES DA BEIRA -----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----No âmbito do Programa de Generalização do Ensino Inglês nos 3º e 4º anos e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB e de acordo com a informação elaborada pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **1.141,08 € (Mil, cento e quarenta e um euros e oito cêntimos)** a título de comparticipação nos custos com o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

pagamento de horas lectivas de actividades de enriquecimento curricular relativas ao 1º período do presente ano lectivo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

C) - INSTITUIÇÕES:-----

-----**C-1) - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA AMIGOS DE RAOUL FOLLEREAU**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

----- Presente o ofício com o registo de entrada nº 0376, de 14 de Janeiro de 2009, a solicitar a atribuição de um apoio financeiro para fazer face à realização de actividades no âmbito da comemoração do 56º Dia Mundial dos Leprosos. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, não atender ao solicitado, uma vez que em reunião de 18 de Novembro de 2008, já foi atribuído à referida entidade, um subsídio no montante de 500,00 € euros para o mesmo efeito.-----

-----**C-2) - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à realização do desfile de Carnaval Beira Serra/2009. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**C-3) - FUNDAÇÃO AMI**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fundação AMI, um subsídio no montante de **390,00 € (Trezentos e noventa euros)**, como apoio à aquisição de um Kit Médico de Emergência.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**C-4) - ASSOCIAÇÃO DE DAMAS E XADREZ - OITO POR OITO**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação de Damas e Xadrez – **OITO POR OITO**, um subsídio no montante de **750,00 € (Setecentos e cinquenta euros)** como apoio à aquisição de relógios/ cronómetro para serem utilizados em futuros torneios de Xadrez. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----C-5) - SERRA DO ACOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-
D.A.G.F./Proc. 42/14

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Serra do Açor – Associação de Desenvolvimento Regional, um subsídio no montante de **20.000,00 € (Vinte mil euros)** valor correspondente à comparticipação financeira do Município de Oliveira do Hospital na aquisição de uma **Buldozer D6R Série III**. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

2.8 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----2.8.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----
D.S.T./DOC.5

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 7 e 19 de Janeiro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

2.9 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----2.9.1 - ESTUDO PARA REORDENAMENTO DE PASSEIOS E ESTACIONAMENTO NA AVENIDA DR. CARLOS CAMPOS, EM OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

D.S.T./DOC.6

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o estudo para “Reordenamento de Passeios e Estacionamento na Avenida Dr. Carlos Campos, em Oliveira do Hospital”, documento que se apresentava em duas plantas de implantação designadas por solução 1 e solução 2. -----

-----Analisado o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a solução 1, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----2.9.2 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA CASA DOS MAGISTRADOS PARA BIBLIOTECA - ADJUDICAÇÃO, APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS-----

D.A.G.F/DOC(s). 7 e 8

-----Tendo terminado o prazo de Audiência Prévia, sem qualquer reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com a Acta/ Relatório da Comissão de Análise, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, adjudicar a execução da empreitada acima identificada à firma Joaquim Fernandes Marques & Filho, Lda, pelo valor da sua proposta de € 564.517,76 (Quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e dezassete euros e setenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

-----Foi igualmente deliberado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 116º do Decreto-lei nº 59/99 de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato da empreitada acima referenciada. --

2.10 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----2.10.1 - ADIBER - REUNIÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO-----

D.A.G.F./DOC.9

-----Na sequência da reunião do Órgão de Gestão do GAL ADIBER – Beira Serra, realizada no passado dia 12 de Janeiro de 2009, na sede da ADIBER, em Góis, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento da proposta para o Plano de Aquisição de Competências e Animação (PACA) – Medida 3.5 do PRODER (Componente2), documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----2.10.2 - ADXTUR - CONTRATO DE CONSÓRCIO-----

D.A.G.F./DOC.10

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de que, no passado dia 10 de Janeiro de 2009, se deslocou ao Fundão para, na sequência da candidatura PROVERE Rede das Aldeias do Xisto, proceder à assinatura do respectivo Contrato de Consórcio, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----2.10.3 - GUARDA NACIONAL REPUBLICANA - COMANDOS TERRITORIAIS – REESTRUTURAÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA-----

D.A.G.F.

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, remetida pela entidade acima identificada, a prestar alguns esclarecimentos decorrentes do processo de reestruturação da Guarda Nacional Republicana.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----2.10.4 - MAPA DE TRANSPORTES-----

D.A.G.F./DOC.11

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 6 e 19 de Janeiro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

3 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

-----3.1 – CIMPIN – REUNIÃO-----

D.A.G.F./ Proc.42/19/DOC.12

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião do Conselho Executivo da CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, que teve lugar no passado dia 19 de Janeiro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Nova de Poiares, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

aos assuntos tratados e abordados na mesma, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta:-----

- 1 – Constituição da Estrutura de Apoio Técnica e Secretário Executivo;-----
----- 2 – Mapa de pessoal da CIMPIN;-----
----- 3 – Constituição da unidade Directiva para o QREN; -----
----- 4 – Abertura de concursos para candidaturas ao QREN;-----
----- 5 – Prestação de contas de 2008 (AMPIN); -----
----- 6 – Orçamento – Receitas e Despesas para 2009; ----- ~
----- 7 – Outros.-----

-----No que se refere ao ponto 4 da ordem de trabalhos deu ainda conta de que ficou definido que a abertura de concurso para a apresentação de candidaturas terá lugar já a partir do próximo mês de Fevereiro, através de uma plataforma cedida pela CCDR, relembrando que, no que diz respeito ao Município de Oliveira do Hospital, está previsto apresentar candidatura aos seguintes projectos: -----

PROJECTO	INVESTIMENTO	COMP. FEDER (PREVISTA)
- QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL	700.000,00 €	373.240,00 €
- CASA DO QUEIJO	1.000.000,00 €	533.200,00 €
- REDE VIÁRIA MUNICIPAL – ESTRADA VALE DO ALVA 3ª FASE	1.000.000,00 €	700.000,00 €
- REDE VIÁRIA MUNICIPAL – REQUALIFICAÇÃO EM 509	872.500,00 €	610.750,00 €
- REDE VIÁRIA MUNICIPAL – BENEFICIAÇÃO LIGAÇÕES AO EXTERIOR	991.200,00 €	693.840,00 €
- BIBLIOTECA MUNICIPAL	420.000,00 €	350.000,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, tomar conhecimento e remeter o documento do Orçamento – Receitas e Despesas para 2009 à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----3.2 – CA – CONSTRUTORA DO ALVA, S.A. – “BENEFICIAÇÃO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 504 ENTRE LAGARES DA BEIRA/ LIMITE DO CONCELHO – BENEFICIAÇÃO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 504-2 ENTRE A E.M. 504 E A POVOAÇÃO DE MERUGE” - PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

D.S.T./Procº 10/452/DOC.13

-----Presente a carta com o registo de entrada nº 0393, de 14 de Janeiro de 2009, a solicitar a prorrogação do prazo de execução da empreitada em epígrafe, pelo período de mais 60 dias.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, autorizar a prorrogação do prazo de execução da empreitada acima identificada por mais 60 dias, conforme solicitado. -----

-----3.3 – CONSTRUÇÕES IRMÃOS PERES, LDA – “REMODELACÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1/ JI DE OLIVEIRA DO HOSPITAL” - PROGRAMA DE TRABALHOS – PROGRAMA DE PAGAMENTOS-----

D.S.T./Procº 10/458/DOC.14



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Presente a carta com o registo de entrada nº 0306, de 12 de Janeiro de 2009, a remeter o Programa de Trabalhos e o Programa de Pagamentos, para aprovação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação prestada pelo Técnico Superior Assessor Principal do DST/ Divisão de Obras Públicas, aprovar o Programa de Trabalhos e o Programa de Pagamentos da empreitada acima identificada, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta. -- -----

-----**3.4 – APOIO SOCIAL - AQUISIÇÃO DE UMA CADEIRA DE RODAS** -----

D.A.G.F./Proc. 53/4/DOC.15

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal de acordo com o Relatório Social, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, conjugado com o artº 3º do Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas do Concelho de Oliveira do Hospital, desencadear todos os procedimentos necessários no sentido de adquirir uma cadeira de rodas eléctrica a qual será usada pelo Sr. António Manuel Gomes Tavares, residente em Oliveira do Hospital, vítima de um acidente de viação que o deixou paraplégico, condicionado a que esta reverta para a Câmara Municipal a partir do momento em que deixe de ser necessária. -----

4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES -----

4.1 – VEREADOR PAULO ROCHA -----

-----**4.1.1 - BTL – LISBOA/ PROGRAMA “OLIVEIRA ONLINE”** -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha informou a Câmara Municipal de que o Stand que irá representar o Município de Oliveira do Hospital na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, a partir de amanhã, está hoje a ser instalado. Mais referiu que, por força da presença da ADI na BTL, tem na sua posse convites para oferecer aos Senhores Vereadores, caso estejam interessados em visitar a feira. -- -----

-----Informou igualmente de que o Programa “Oliveira OnLine” já se encontra disponível à população em geral, desde a passada sexta-feira, dando conta que durante a fase experimental já existiam uma média de 250 registos, sendo que entretanto já se verificou um aumento de mais 50 registos. Disse ainda que os módulos difusores ou transmissores responsáveis pela emissão do sinal *wifi* estão instalados nas sedes das Juntas de Freguesia, cobrindo cada um deles um raio de cerca 5 Km em linha de vista. Em relação ao acesso por parte dos Jardins-de-Infância explicou que, nos locais onde exista acesso ao sinal do sistema Oliveira Online será feito através desta via, sendo que naqueles que se encontram junto das escolas serão efectuadas ligações por cabo, uma vez que o acesso à Internet já está instalado nesses locais. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES -----

-----**4.2.1 - REESTRUTURAÇÃO DE ECOPONTOS NA ÁREA DO CONCELHO** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes deu conhecimento à Câmara Municipal de que hoje anda uma equipa da CESP Portugal, S.A, responsável pela recolha selectiva de resíduos no concelho de Oliveira do Hospital, no âmbito da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, a fazer uma reestruturação de ecopontos no concelho, nomeadamente, a colocação de novos contentores nas localidades de Oliveira do Hospital (junto ao Hospital), São Gião (junto à entrada do Parque de Campismo) e Gavinhos de Cima, assim como a substituição dos de 1000L pelos de 2.500L, nas localidades de Seixo da Beira, Fiais da Beira, Lagares da Beira, Lajeosa, Senhor das Almas, Chamusca da Beira, Lagos da Beira, Meruge e Santa Ovaia. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e vinte minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 20 de Janeiro de 2009 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
20 DE JANEIRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**